



**O FIM DA GUERRA NÃO É O FIM DA GUERRA:
A INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA E OS BURACOS NEGROS DA LITERATURA**

THE END OF THE WAR IS NOT THE END OF THE WAR:

ANGOLA'S INDEPENDENCE AND THE BLACK HOLES OF LITERATURE

EL FIN DE LA GUERRA NO ES EL FIN DE LA GUERRA:

LA INDEPENDENCIA DE ANGOLA Y LOS HOYOS NEGROS DE LA LITERATURA

Zoraide Portela Silva¹ e Humberto José Fonsêca²

RESUMO

Este artigo faz uma breve análise do processo de independência de Angola, levado a efeito pelo movimento de libertação nacional, paralelamente ao colapso do colonialismo português. Tentaremos mostrar o que significou para o povo angolano os séculos de colonialismo português, a violência que se abateu sobre esse povo durante o período colonial e como essa violência aumenta nos anos de guerra pela independência. Após breve análise da literatura angolana, a partir da obra de José Luandino Vieira, no momento de passagem de uma guerra de natureza essencialmente anticolonial para o cenário da reconstrução das identidades africanas e angolana em particular, concluímos que a resistência travada pela literatura não termina com o fim da guerra anticolonial.

PALAVRAS-CHAVE: guerra anticolonial, independência de Angola, literatura, Luandino Vieira.

ABSTRACT

This article makes a brief analysis of the independence process of Angola, brought to effect by its national liberation movement within the moment of the collapse of Portuguese colonialism. We will try to show what it meant for the Angolan people the centuries of Portuguese colonialism, the violence that took over its people during the colonial period and how that violence escalated throughout the years of the independence war. After a brief analysis of Angolan literature through the work of José Luandino Vieira, at the moment when a war of an essentially anti-colonial nature changed into a scene of the reconstruction of African and Angolan identity, we conclude that the resistance waged by literature does not end with the end of the anti-colonial war.

KEYWORDS: anti-colonial war, Angolan independence, literature, Luandino Vieira.

RESUMEN

Este artículo hace un breve análisis del proceso de independencia de Angola, llevado a cabo por el movimiento de liberación nacional en paralelamente al colapso del colonialismo portugués. Intentaremos mostrar qué han significado, para el pueblo angoleño, los siglos de colonialismo portugués, la violencia que doblegó ese pueblo durante el periodo colonial y cómo esa violencia creció en los años de la guerra por la independencia. Tras un breve análisis de la literatura angolana, a partir de la obra de José Luandino Vieira, en el momento del paso de una guerra de naturaleza esencialmente anticolonial para el escenario de reconstrucción de las identidades africana y angolana en particular, concluimos que la resistencia iniciada por la literatura no termina con el fin de la guerra anticolonial.

PALABRAS-CLAVE: guerra anticolonial, independencia de Angola, literatura, Luandino Vieira.

1 Professora do Departamento de Ciências Humanas (DCH/VI) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), desde 1995; docente permanente do Programa de Pós-Graduação – Mestrado – em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Cultura, Sociedade e Linguagem (GPCSL).

2 Professor aposentado do Departamento de História da UESB. Graduado em História pela Universidade Federal da Bahia (FFCH/UFBa). Mestre em Ciências Sociais pela FFCH/UFBa. Doutor em História Social da Cultura pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH/UFMG).



Para entender certos traços da literatura angolana, é preciso situar o colonialismo português no avanço do desenvolvimento capitalista nos moldes imperialistas e o processo de independência de Angola nos quadros de um combate anticolonial contra o inimigo comum português, em um cenário de guerra intraestatal que assumiria os contornos dos grupos envolvidos nos conflitos da guerra fria. Constatemos, inicialmente, que o processo de independência dos povos africanos de um modo geral, é tratado a partir de uma epistemologia eurocêntrica. Porém, como sugere o historiador francês Marc Ferro, é

imprescindível levar em conta o passado dessas sociedades, pois dele dependeu amplamente a relação entre colonizadores e colonizados. Hoje não mais se considera, como se fazia antigamente, que esses povos não tiveram história; já não se fala em “séculos obscuros”, e sim em “séculos opacos”, já que incompreensíveis para os que entravam em contato com aqueles povos (FERRO, 1996, p. 12).

Mesmo o termo “descolonização” nos remete a uma lógica europeizante, visto que sugere que os europeus, impedidos ou cansados de sua tarefa de colonizadores, propõem-se agora a descolonizar – o que não poderia ser mais errôneo, em se tratando da história do povo angolano, cuja longa trajetória de guerra contra o jugo português aconteceu às suas próprias expensas. É o caso de nos perguntarmos, como o fez Ferro:

Devemos o fim da colonização à luta de libertação dos povos subjugados e vencidos, e só a ela, ou temos de imputá-la também à decadência das metrópoles, incapazes de administrar o imenso capital que haviam acumulado? Ou terá sido o resultado das pressões do mundo exterior conjugado a outros fatores? (FERRO, 1996, p. 300).

Por trás dessa questão, que está no âmago da literatura angolana pós-colonial, estão os movimentos de libertação da África, que ao final da Segunda Guerra Mundial eclipsaram o imperialismo europeu para iniciar uma nova etapa na história dos nacionalismos africanos.

Em Angola essa passagem ocorre de forma gradual, embora possamos dizer que o Acordo de Alvor³ tenha subitamente chamado a atenção internacional para a situação angolana (ainda que tenha sido o ponto nevrálgico dessa clivagem), conquanto a composição ideológica e de ordem sociopolítica dos grupos nacionalistas angolanos, desde o momento de sua criação, tenha se proposto a aproximações de elementos externos.

Assim, o Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA), em função de seu referencial marxista-leninista e da idealização de um programa revolucionário para a Angola independente, aproximou-se do campo soviético e cubano, ainda que seus dirigentes tenham reiteradamente informado à opinião pública sua disposição de não-alinhamento⁴; a Frente

3 Ver adiante o que significou o “Acordo de Alvor”.

4 Sobre a composição do MPLA e sua filiação ideológica, Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes afirmam que “o MPLA é um partido de quadros, de mestiços e dos antigos assimilados, tendo implantação nas cidades,

Nacional de Libertação de Angola (FNLA), por sua vez, carecia de um planejamento explícito para o que viria após o expurgo do colonialismo português, ao passo que a bandeira do anticomunismo, que o uniria aos Estados Unidos e, posteriormente, à África do Sul, funcionaria como uma ferramenta bastante eficaz para combater o MPLA. A União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) não teria uma atuação tão premente nessa fase da vida angolana quanto os outros dois grupos, em que podemos dizer que a coalizão com a África do Sul, em meados de 1975, tenha obliterado sua atuação como grupo individual, tornando-se a própria imagem do rompante sul-africano.

O começo da guerra não é o começo da guerra

As lutas dos africanos contra a presença, colonização e opressão dos povos invasores na África e as lutas dos angolanos contra a colonização portuguesa, em particular, começa no momento mesmo em que os europeus desembarcam na África. Esta história, no entanto, não será tratada aqui. Neste texto pontuaremos, brevemente, apenas alguns momentos da guerra de independência angolana que desembocou no 11 de novembro de 1975, antes de nos referirmos à literatura pós-colonial tendo como exemplo a obra do escritor (português por nascimento, angolano por adoção) José Luandino Vieira.

Os eventos que deram sequência aos acontecimentos que levaram ao levante inicial angolano em 1961 e que marcaram o início histórico da guerra armada anticolonial em Angola, formaram, na verdade, duas revoltas diferentes.

A primeira aconteceu a partir de Luanda sob a alçada da atuação do MPLA, que à época restringia-se ainda a porções litorâneas e a um grupo relativamente limitado de pessoas de origem afro-europeia e de etnia kimbundu. Sua ação começou no dia 4 de fevereiro de 1961, dia que entrou para a história angolana como o início da luta da independência, através do ataque simultâneo a posições da polícia, mas principalmente aos presídios abarrotados de presos políticos.

A segunda revolta veio sob a ordem de Holden Roberto, líder do movimento nacionalista angolano UPA/FNLA. No dia 15 de março, uma brutal sublevação partiu do norte de Angola, insuflada em parte pelos feitos recentes em Luanda como também pela predisposição histórica da região à rebelião contra Portugal, temperada pelos longos anos de trabalho por contrato. Esta revolta mostrou-se muito mais violenta e as raízes étnicas e regionais do UPA (União Popular de

mesmo que apenas por adesão sentimental” (AFONSO e GOMES, 2000, p. 70). Na mesma obra, um pouco antes, dizem que “o MPLA foi, desde o primeiro momento, uma organização nacional, e ainda que a sua principal base de apoio tenha sido a etnia mbundo, que se estendia de Luanda a Malange, contou sempre com apoios noutros grupos tribais. Aglutinou, além disso, elementos da pequena burguesia negra e mestiça e dos setores operários. Contrariamente à FNLA, tinha uma ideologia mais definida e, com o tempo, evidenciou-se a sua raiz marxista” (*idem*, op. cit, p. 64). E mais adiante, afirmam que “os mestiços... desempenharam papel de grande importância e representaram o essencial dos quadros marxistas do MPLA” (*idem, ibidem*, p. 69).

Angola) mostraram-se sem qualquer subterfúgio: realizaram uma verdadeira *jacquerie*, assassinando indiscriminadamente europeus e assimilados⁵, além de significativo número de africanos de etnia ovimbundu enviados à região para trabalhar nas plantações de café.

O evento foi visto pela comunidade internacional como o elemento da brutalidade e irracionalidade que Portugal usaria para legitimar sua repressão em Angola. Apesar da dificuldade de se calcular o número de mortos e feridos deste episódio, os números, ainda que estimados, mostram a desproporcionalidade da resposta portuguesa que vitimou cerca de 20.000 africanos e causou o êxodo de mais 40.000 pessoas rumo ao Congo Leopoldville, além de histeria da comunidade europeia na região que buscou sair do país através da ponte aérea feita às pressas em Luanda (ANDERSON, 1966).

A guerra que se abriu entre os anos de 1961 a 1974 em Angola condensou as clivagens políticas entre os movimentos nacionalistas MPLA, UPA, e após 1965, também a União Nacional para a Liberação Total de Angola (UNITA). A falta de um projeto conciliatório entre eles, para além de favorecer a ação portuguesa, denotou a marcada diferença político-ideológica de seus planos para o governo no momento pós-independência. A par do desenvolvimento de cada grupo, estavam os expectadores externos, pois a autoimagem que os nacionalismos angolanos criaram para si transbordou os limites geográficos de Angola, alarmando, na África, os sul-africanos, e ao mundo, revelando a frágil situação de Portugal, um país economicamente fraco e que tenderia, cedo ou tarde, a perder suas colônias.

Não cabe aqui fazer um inventário completo, ano a ano, das sortes e revezes de cada movimento de libertação durante os treze anos (1961-1974) em que se dispuseram a lutar contra a “nação pluricontinental” portuguesa; tal tarefa tampouco seria possível, devido à dificuldade extrínseca do mapeamento de uma guerra tipicamente de guerrilha, que se arrastara por um longo período sobre um território vastíssimo.

Resumindo, podemos distinguir três grandes fases nos anos que vão de 1961 à queda do Estado Novo português em 1974⁶. Esta diferenciação, necessariamente sintética, só pode ser feita em relação aos sucessos e insucessos no campo das operações militares, deixando de fora a atuação da população civil que, embora tenha sido fator determinante para o sucesso do projeto nacional angolano, não caberia no espaço deste trabalho. A primeira fase correspondeu ao período 1961-1966, quando a ação de guerrilha foi iniciada no interior do território (que até então estivera restrita ao litoral e região centro-oeste) sob atuação do MPLA; a segunda fase, de

5 De acordo com o Decreto Lei de 1954 que institui o Estatuto dos Indígenas da Guiné, Angola e Moçambique, os indígenas, como eram chamados os naturais da África, poderiam ascender ao *status* de assimilado, quer dizer, “à semelhança de cidadão-civilizado português” (PEIXOTO, 2009, p. 26), caso possuíssem as características básicas para tanto, como conhecimento da língua e costumes comuns, ligados à prática religiosa e cotidiana.

6 Estas fases não correspondem a distintos processos históricos cujas análises estejam consolidadas, mas os eventos que, pela importância que tiveram para os grupos nacionalistas, os seus sucessos e malogros frente a Portugal nos ajudam a dar melhor inteligibilidade e coesão à narrativa.

1965-1970, firmou o êxito deste grupo na cobertura do território, tornando-se o único movimento de alcance realmente “nacional” de Angola à época; o terceiro momento, 1970-1974, marcou o recuo da ação do MPLA, por conta da perda substancial de contingentes localizados em bases ao leste, causada por desentendimentos internos, que depois se uniram ao grupo de Holden Roberto (UPA/FNLA) ou ao grupo de Jonas Savimbi (UNITA).

Quando em setembro de 1968, António Salazar, por motivos de saúde, viu-se afastado de seu cargo, Marcelo Caetano foi convidado para ocupar a posição que pertencia a Salazar há 38 anos. A pretérita atuação de Caetano lhe dera cores de liberal ante a opinião pública⁷ e, conseqüentemente, certa esperança de que sua política colonial não seguiria as mesmas linhas de Salazar. No entanto, quaisquer esperanças provaram-se rapidamente ilusórias, visto que as mudanças administrativas que Caetano efetivamente pôs em prática no começo da década de 1970, de forma a ceder certa autonomia administrativa a Angola, se mostraram sem resultados práticos ou demasiadamente tardios para que pudessem abrandar o ritmo da guerra que àquela altura grassava não apenas em Angola, como também em Moçambique, Guiné Bissau e Cabo Verde (DAVIDSON, 1971).

O processo que culminou na derrubada do governo português em abril de 1974 fora impulsionado pela guerra colonial que se arrastava há treze anos. No plano interno, os gastos destinados à manutenção do aparato militar nas colônias portuguesas somavam suntuosas fatias do orçamento nacional, chegando a reter 50% das despesas públicas (PEIXOTO, 2009). No âmbito internacional, as pressões que surgiram a partir da ONU quanto ao colonialismo português, feitas desde tão cedo quanto à própria entrada de Portugal nesta instituição em 1955⁸, foram acrescidas de um paulatino esfriamento de relações com antigas parcerias face à estridente negativa portuguesa em abrandar seu posicionamento em relação à guerra africana – tanto que Salazar, como seu sucessor Caetano, via como o resultado de ingerências externas, fosse por parte do Zaire e o “expansionismo de Mobutu” ou da URSS e “seu comunismo contagioso” (PEIXOTO, 2009, p. 122). Seja como for, a posição portuguesa era de que a guerra que acontecia em Angola, como também em Moçambique, Guiné Bissau e Cabo Verde, era fruto de motivações exógenas e estranhas ao corpo pluricontinental e multirracial da nação portuguesa, ao que se somou o discurso de que Portugal estaria efetuando obras de integração, antes de colonização.

7 Marcello Caetano, em meados da década de 1950, à época na chefia do Ministério das Colônias de Salazar, havia viajado a Angola e Moçambique para averiguar a questão da grande fuga populacional que ocorria nestes territórios, ao que concluiu que as péssimas condições de vida como reflexo do trabalho por contrato eram o principal agente motivador. Retornando a Portugal, ele disse: “Necesito que se me den negros, es una frase que con frecuencia oí de los colonos: ¡Como si los negros fueran una cosa para ser dada!” (BENDER, 1980, p. 195).

8 Entre 1955 e 1974, Portugal seria mencionado em mais de 80 documentos produzidos pela Assembleia Geral da ONU em função das suas reiteradas negativas em dialogar a respeito de sua administração colonial; no Conselho de Segurança, os documentos críticos ou condenatórios ao colonialismo português foram 27 (entre 1961 e 1974) (ONU, 1974-1995).

Com o subterfúgio da “integração” eram rebatidas as críticas que surgiram no seio do governo português, tanto do lado das Forças Armadas, instituição que estava exaurida depois de tantos anos de guerra e com ampla inabilidade em prover novos quadros para mantê-la, quanto da camada mais liberal dos políticos que defendiam outro tipo de integração: com a Comunidade Europeia a que Portugal tinha grandes dificuldades em aderir pelo motivo de não compartilhar com os outros países europeus das suas visões em relação ao tipo de relacionamento que se deveria ter com suas possessões, ou ex-possessões, na África.

A independência de Angola: o fim da guerra não é o fim da guerra

A tendência crítica das Forças Armadas chegou ao domínio público quando o General Spínola lançou o livro *Portugal e o Futuro*, em abril de 1974, cujos primeiros 50.000 exemplares, tal foi a curiosidade pública, foram vendidos em apenas 12 horas. Este livro marcou a cisão entre a alta cúpula em matéria de guerra colonial por oferecer uma nova abordagem à questão colonial, pois admitia que houvesse um nacionalismo tipicamente africano e, por consequência, a solução não poderia ser dada através de combate armado, mas em matéria de autodeterminação às nações africanas e o direito ao voto (PEIXOTO, 2009). Com isso, Spínola não pretendia desmembrar a nação multirracial portuguesa, mas transformar o pluricontinentalismo para algo mais parecido com um plurinacionalismo.

A cisão no seio das Forças Armadas portuguesas em relação ao futuro da guerra colonial significava algo muito grave em um país em que a maioria das pastas ministeriais era ocupada por militares (ANDERSON, 1966), ainda mais em um contexto em que boa parte dos observadores internacionais não via uma saída para a guerra que não fosse por via da independência dos povos africanos. Desse modo, na alvorada do dia 25 de abril de 1974, os militares tomaram o poder, dando fim ao Estado Novo português, sob a Junta de Salvação Nacional (JSN), presidida pelo general Spínola. Com isso, dava-se novo fôlego e alento ao processo de independência angolano, embora seu final ainda estivesse incerto.

A derrubada do governo de Marcelo Caetano e de Américo Thomaz, o então presidente, apesar de ter oferecido ao mundo a expectativa de um giro completo na tomada decisória quanto às guerras africanas, mostrou-se, na realidade, muito mais lenta com o passar dos dias. O problema colonial, que esteve no cerne do MFA, também foi o elemento que trouxe as maiores divergências no seio do governo recém-instalado.

Motivados por questões corporativas que estavam na esteira da irredutibilidade do governo português quanto aos assuntos da guerra africana, os capitães de carreira começaram a se organizar em um movimento que se tornou cada vez mais politizado, dando origem ao Movimento das Forças Armadas (MFA). A cúpula da JSN (constituída, em sua maior parte, por generais e oficiais de primeiro escalão do Exército) e o MFA não entraram em um consenso

fácil quanto às medidas mais imediatas da questão da guerra travada em Angola e, além disso, os pronunciamentos da JSN não tranquilizaram a opinião pública por conta das vagas assertivas acerca dos temas do ultramar. Neste ínterim, governantes do mundo todo, especialmente os da África, cobravam um posicionamento mais firme por parte do governo português e, em um discurso na assembleia da OTAN, Mário Soares, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, disse que um cessar-fogo era a prioridade para a questão de Angola, embora não precisasse exatamente como a suspensão dos conflitos seria efetivada (PEIXOTO, 2009).

A Revolução dos Cravos havia aberto novas possibilidades à organização política, já que haviam sido afrouxadas as amarras às liberdades de opinião e associação e a PIDE não era mais um fator com o qual os angolanos teriam que se preocupar. Vários grupos políticos menores começam a surgir, embora sem apoio externo ou grande simpatia pública. A partir de agosto de 1974, a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), grupo separatista da rica região produtora de petróleo e diamantes, tomou fôlego. Contudo, seus objetivos foram repudiados pelos três grupos angolanos, seguidos pela OUA e pela ONU (PEIXOTO, 2009).

Além da FLEC, a questão racial a partir da Revolução dos Cravos mostrou-se não ser apanágio dos locais mais interioranos de Angola. Grupos brancos de Luanda, que comandavam a maior parte do aparato administrativo, de infraestrutura e de transporte do país e que, depois da África do Sul, representavam a maior população branca na África, começaram a flertar com a ideia de uma solução “à rodesiana”⁹ para Angola. A minoria branca, quando viu o MFA paulatinamente ganhar força em Portugal e, por fim, assistiu a renúncia de Spínola, começou a temer que a hegemonia política do país caísse nas mãos dos movimentos nacionalistas. Contudo, a única ação concreta derivada destes grupos, aglutinados principalmente em torno da FRA (Frente de Resistência em Angola) e do PCDA (Partido Cristão Democrático de Angola), foi a invasão, logo frustrada por forças nacionalistas de Angola, das vilas de Bailundo e da Cela. A partir daí, a ideia de uma solução à rodesiana para Angola perdeu integralmente a força (PEIXOTO, 2009).

Difícilmente grupos surgidos após a Revolução dos Cravos conseguiram angariar a legitimidade necessária para competir em prestígio e reconhecimento com aqueles grupos que haviam participado durante os treze anos da luta anticolonialista. Em função disso, também não conseguiram fomentar o palanque adequado para se fazer representar e reconhecer perante a OUA, a ONU ou Portugal, além de serem boicotados pelos grupos pré-existentes. Sendo assim, de finais de outubro ao início de novembro, começaram os esforços de colaboração e diálogo

9 A expressão faz alusão à tomada de poder por uma minoria branca sob a liderança de Ian Smith em 1965, que impôs um forte regime de segregação racial na Rodésia do Sul (Zimbabwe) (VISENTINI, 2010). Os colonos brancos organizaram a proclamação, unilateral, de independência antes que ela ocorresse sob a vontade da população negra; o governo de Ian Smith não foi reconhecido por Londres, capital de sua ex-metrópole, mas ganhou a simpatia da África do Sul.

entre representantes dos três movimentos angolanos e o governo de Portugal, que agora estava sob comando da ala mais esquerdista do movimento que depusera Caetano, o MFA. Entre três e cinco de janeiro de 1975 em Mombaça, no Quênia, ocorreu a primeira reunião de cúpula preparativa para uma segunda reunião, a acontecer dez dias depois, na cidade de Alvor no Algarve.

Dos princípios para a independência acordados nesta segunda reunião surgiu o Acordo de Alvor. Os pontos principais desse Acordo podem ser assim resumidos: (1) a independência de Angola ficaria agendada para o dia 11 de novembro de 1975 e até lá a administração do país estaria nas mãos de um governo provisório formado por um colegiado, com um representante de cada grupo, de presidência rotativa e cujas deliberações seriam tomadas por maioria simples; (2) o governo português estaria representado por um Alto Comissariado escolhido pelo presidente de Portugal, que não poderia intervir em assuntos governamentais, mas poderia ser consultado caso o governo provisório assim o desejasse; (3) não-discriminação étnica para os futuros critérios de nacionalidade; (4) uma Assembleia Constituinte seria formada no prazo de nove meses para a eleição do novo presidente a tomar posse em novembro; (5) uma Comissão de Defesa Nacional, formada pelo colégio presidencial, Alto Comissariado e Estado Maior Unificado, seria formada com o principal propósito de unir os contingentes militares (então pulverizados entre os três grupos) e formar um Exército Nacional; (6) formação dos Ministérios com as chefias divididas entre os grupos (PEIXOTO, 2009).

No dia 31 de janeiro de 1975, como havia sido previsto, foi lançado o novo governo de transição. Contudo, dois problemas de origem cercearam o bom funcionamento do Acordo de Alvor: o primeiro deles é que todas as partes haviam se comprometido a manterem-se nas posições ocupadas até então, o que não aconteceu porquanto os grupos lançaram-se rapidamente a reforçar seus contingentes; o segundo problema é que Portugal ficaria crescentemente incapaz de chefiar e resguardar de possíveis conflitos a Comissão Nacional de Defesa, uma vez que no seu próprio território a tênue coalizão de forças entre socialistas e comunistas na cúpula do MFA havia se encaminhado à beira de uma verdadeira guerra civil, situação que ficou pior após uma tentativa de golpe de Estado por parte do General Spínola em março.

O Acordo de Alvor, logo ficou claro, havia conseguido a perspectiva da independência concreta, mas não trouxera governabilidade ao seu governo de transição. Seus ministros não conseguiam atingir consensos e a Comissão de Defesa foi esvaziando-se com o respaldo de Portugal, de forma que entre 16 e 20 de junho houve uma tentativa de recomposição do que havia sido acordado em Alvor através de uma reunião em Nakuru, no Quênia – uma espécie de Alvor II.

Esta tentativa mostrou-se insuficiente e, em julho de 1975, a não ser pelos ministérios encabeçados pelo MPLA, o governo de transição havia se tornado completamente inoperante.

Logo a seguir, começou uma verdadeira “corrida ao pódio” do onze de novembro, em que o prêmio seria a chefia do novo governo de Angola. Para completar o quadro, no dia 22 de agosto, Portugal formalizou a suspensão parcial de Alvor: tudo se mantinha igual, mas Portugal lavava as mãos de salvaguardar a trajetória pacífica do governo de transição à independência em novembro (PEIXOTO, 2009).

Conquanto Angola fosse um “pequeno e obscuro país africano,” recém-colocado ante a perspectiva de independência, o ano de 1975 mostrou-se como um catalisador para transformar seu, até então, baixo perfil, na arena política internacional, em centro de divergências do confronto Leste-Oeste encetado pela Guerra Fria. A forma como os eventos se sucederam em Angola estava, em nível internacional, relacionada a uma oleada de revoluções terceiro-mundistas iniciadas na década de 1970, que vieram na esteira da cisão sino-soviética em 1962, que fomentara um adensamento da participação soviética em conflitos periféricos como forma de reestabelecer seu papel na balança de poder mundial (VISENTINI, 2004, p. 113).

A relação de que falamos não pode ser compreendida *stricto sensu*, pois cada país, seja Camboja, Laos, Vietnã ou Angola, tinha seu próprio passado histórico e conjunturas sociais que renderam resultados diversos. O que os une em semelhança é a forma como contaram como peso determinado na balança internacional de poder, acalentando discussões acerca do conceito de *détente*¹⁰ e, para além dos conceitos, as implicações práticas que derivaram da interpretação feita pelo oponente. Assim, logo que o Acordo de Alvor foi assinado e os conflitos retomados em Angola, antever os resultados deste acordo, uma vez reconhecidas as simpatias internacionais que cabiam a cada um dos grupos, revestiu-se de grande importância simbólica aos Estados Unidos na esteira de sua perda catastrófica no Vietnã.¹¹

Em 1975 os Estados Unidos eram governados por um presidente não-eleito, empossado após o vexame internacional do escândalo de Watergate – tornado epíteto da corrupção de alta cúpula. Caíra Richard Nixon (jan/1969 – ago/1974), mas sua “herança maldita” simbolizada pela catastrófica incursão no Vietnã, foi repassada à administração Gerald Ford (ago/74 – jan/1977), juntamente com o Secretário de Estado Henry Kissinger.

10 Segundo Magnoli, “o termo *détente* significa, literalmente, *relaxamento*. Na década de 1970 ganhou uso corrente no discurso das relações internacionais, exprimindo uma diminuição das tensões interestaduais, em particular um desanuviamento das relações entre as duas superpotências” (MAGNOLI, 1988, p. 9). Todavia, não nos propomos a lidar com a ideia de *détente* como um conceito ou um período histórico consolidado, com marcos temporais homogêneos e definidos. Segundo a definição de Brian White, a *détente* é uma abstração retórica, que fora utilizada como elemento de discurso durante a Guerra Fria com finalidades políticas, de forma que a *détente* não se constituía em um “fim”, mas em um “meio” (WHITE, 1981).

11 Participando ativamente dos conflitos do Vietnã desde 1964, por apoiar o governo de Saigon (Vietnã do Sul) contra o Vietnã do Norte de Ho Chi Mihn, após o envio sistemático de tropas como também de apoio bélico, “em abril de 1975, as tropas do Vietnã do Norte e os guerrilheiros do Vietnã do Sul, entravam em Saigon, unificando o Vietnã e vencendo a mais longa, sangrenta e complexa guerra do Terceiro Mundo. Três potências haviam sido derrotadas – inclusive a mais poderosa nação no campo militar, econômico e tecnológico – por um pequeno país agrícola e periférico, ainda que com apoio diplomático e em armas dos países socialistas” (VISENTINI, 2004, p. 115).

Diante da possibilidade da URSS aproveitar-se da fragilidade dos Estados Unidos em sua situação pós-Watergate e pós-Vietnã para empenhar-se em uma ação mais proativa em Angola, a Casa Branca efetivou mudanças na então estabelecida política de apoio tácito aos bastiões brancos formada pelo gabinete Nixon logo nos seus primeiros meses de governo em 1969.¹² Um segundo elemento, “menos global”, desta mudança de postura se devia às eleições de 1976: Ford, para conseguir apoio à sua candidatura pelos Republicanos deveria mostrar à população que o país ainda mantinha sua posição de prestígio e poder, apesar do insucesso no Vietnã, mostrar força na arena internacional (NOER, 1993).

O Acordo de Alvor, assinado em janeiro, deixou uma pequena margem de atuação ao planejamento de Gerald Ford: ou se deixava que os três grupos tratassem por si do governo do país, ou se escolhia dar apoio a um grupo de forma a propiciar o surgimento de um governo que lhe fosse favorável. A última opção foi acatada.

O primeiro sinal concreto dessa mudança de posição em relação a Angola foi a nomeação do diplomata Nathaniel Davis para a representação estadunidense no país. Davis ganhara notoriedade internacional por ter ocupado representação análoga no Chile quando dos esforços encobertos da CIA na derrubada de Salvador Allende dois anos antes; o resultado de sua nomeação não tardou a causar alarme na África: em 21 de fevereiro de 1975, em reunião ministerial da OUA, uma resolução votada por unanimidade, arguiu contra a nomeação do diplomata, de reconhecida participação na “ação dos Estados Unidos de desestabilização política na América Latina.” Apesar disso, a nomeação seria confirmada em 11 de março (DAVIS, 1978, p. 110). Entre janeiro e fevereiro, US\$300.000 foram entregues à FNLA, através do Zaire, além de materiais bélicos (NOER, 1993).

Com a ajuda econômica estadunidense e amplo apoio do bem treinado e equipado Exército zaireense, em 25 de março a FNLA inaugurava sua marcha em direção a Luanda proclamando a cidade de Carmona¹³ como sede oficial de sua incursão, liderada pela figura centralizadora de Holden Roberto (MARQUEZ, 1976). Poucas semanas depois, em cinco de agosto, tropas da África do Sul atravessaram a fronteira sul de Angola através do território da Namíbia sob pretexto de proteger o complexo de barragens de Ruacana-Calueque dos meandros da guerra. Nesta região estavam estacionados contingentes da UNITA, mostrando que a parceria entre esse grupo e Pretória estaria selada (MARQUEZ, 1976).¹⁴

12 O planejamento de Nixon para os bastiões brancos da África Austral – a dizer, as colônias portuguesas, Rodésia do Sul (Zimbabwe) e África do Sul – fora consolidado através do Memorando de Estudos 39 do Conselho Nacional de Segurança (NCSM 39) que, em uma palavra, afirmava que a minoria branca “estava lá para ficar”, de forma que o Gabinete Nixon optou pela seguinte posição: manter, ante a opinião pública, oposição às repressões radicais, mas relaxar a política de isolacionismo e restrições econômicas aos grupos brancos no poder. Desde então a FNLA deixou de receber apoio militar dos EUA (NOER, 1993).

13 Atual cidade de Uíge, localizada no centro-sul do distrito homônimo (é também a sua capital).

14 Localizado na fronteira sul de Angola, o complexo fora construído em parceria entre Portugal e África do Sul e suas barragens eram responsáveis pela distribuição de água para largas extensões do sudoeste africano.

Ao final do mês de julho, após discussões internas quanto à opção de passar por cima do Congresso e disponibilizar mais fundos para ações em Angola, por decisão da Casa Branca, 14 milhões de dólares foram aprovados para apoio à FNLA e à UNITA – quantia que aumentou à cifra de 25 milhões um mês depois, e a 32 milhões em setembro (NOER, 1993). As discussões derivavam do risco de não conseguir os efeitos desejados em Angola e ainda agir contra o Congresso e acabar sendo relacionado à África do Sul – o que não agradou a uma população com seus próprios problemas raciais não-resolvidos; o próprio Davis se mostrou contrário ao impulso da Casa Branca, preferindo os “bons ofícios” como saída à situação. O diplomata calculava que não haveria jeito de participar massivamente, enviando homens, sem que o Congresso soubesse, e se não fosse assim, os riscos não valeriam a pena pelas divergências de opinião. Davis pediu exoneração do cargo (DAVIS, 1978).

A situação do MPLA, apesar de ser o movimento com maior cobertura da ação de guerrilha, neste meio-termo, era bastante preocupante: a FNLA pressionava-o ao norte, enquanto, ao sul e sudoeste, a UNITA aliava-se sistematicamente à África do Sul. O mês de agosto, contudo, inaugurou um fato novo aos desdobramentos da guerra: foi o momento em que Agostinho Neto pediu auxílio a Cuba, por meio de delegação cubana que aportava em Luanda. De forma que em setembro, os primeiros contingentes cubanos de apoio começaram a chegar: cerca de 500 técnicos e especialistas cubanos (o MPLA tinha armas recebidas previamente da URSS, mas, de forma geral, não sabia como utilizá-las), 25 morteiros e unidades móveis de artilharia antiaérea, um time de médicos, 115 veículos e complementos para formar uma estrutura de comunicação básica – esse contingente viajou em três navios improvisados e sobrecarregados: El Vietnam Heroico, El Coral Island e La Plata (MARQUEZ, 1976). A presença cubana em Angola ficou manifesta a partir de então.¹⁵

O primeiro navio chegou no dia 4 de outubro a Pointe-Noire (a segunda maior cidade do Congo Brazzaville, depois da capital); os outros dois chegaram, respectivamente, nos dias sete e onze de outubro a Porto Amboim (cidade do distrito angolano de Cuanza Sul, próxima à cidade de Benguela). A esta altura as tropas de Holden Roberto estavam muito próximas a Luanda (MARQUEZ, 1976).

O final de novembro marcou o início do rompante sul-africano sobre território angolano, pareando forças com a UNITA e a FNLA; suas colunas marchavam cerca de 70 quilômetros por dia, chegando, no dia três de novembro, à cidade de Benguela, sede de distrito homônimo (MARQUEZ, 1976); nesse mesmo dia, devido à ascensão dos conflitos, o Consulado Geral Americano foi fechado e seus cidadãos evacuados (DAVIS, 1978). Frente aos avanços da FNLA e da UNITA em direção a Luanda, onde ocorreu a transição política como acordado por Alvor, para acontecer ao dia 11 de novembro, as lideranças do MPLA e de Cuba tiveram que fazer novas deliberações.

15 No dia 23 de setembro, Henry Kissinger disse em assembleia da ONU que a participação cubana na guerra de Angola tornara a situação do país muito delicada, mas negou qualquer participação direta dos Estados Unidos na questão (NOER, 1993).

Em cinco de novembro, isto é, apenas seis dias antes de Portugal retirar-se completamente de Angola, Havana optou por agir mais incisivamente na questão (MARQUEZ, 1976). Dava-se início à Operação Carlota.¹⁶ A partir de então, tropas cubanas foram levadas, por via aérea, em um fluxo constante que somou no período de trinta dias um contingente de 650 homens (MARQUEZ, 1976). Foram suficientes para bloquear o acesso da FNLA e da UNITA à capital, garantindo ao MPLA o controle da cidade de Luanda na noite de onze de novembro, quando a bandeira portuguesa no Palácio Nacional deu lugar à rubro-negra, com foice e martelo estilizados pelo MPLA.

Vinte e três países africanos, em reunião da OUA, reconheceram o recém-instalado governo do MPLA em 26 de novembro (nenhum, no entanto, reconheceu a FNLA ou a UNITA, que, unilateralmente, haviam igualmente declarado a independência de Angola) (NOER, 1976). A essa altura, a participação norte americana no palco de operações angolano não teria mais como manter-se na sombra, de forma que ao dia 19 de novembro o Senado aprovou a Emenda Clark que cortava imediatamente todos os fundos para ações secretas em Angola (NOER, 1976).

Era uma vitória diplomática do MPLA, mas o fim da guerra não é o fim da guerra. A guerra civil sobreviveu à própria Guerra Fria. Seus desdobramentos, infelizmente, “continuam a afetar a Angola dos dias de hoje” (BITTENCOURT, 2010, vol. 2 p. 723).

Literatura “a partir do que não se vê”

Se a guerra não começa em 1961, também não termina em 1975. A percepção de que “o fim da guerra não é o fim da guerra” é evidente na literatura angolana pós-independência. Essa é a percepção, por exemplo, do escritor, angolano por adoção, José Luandino Vieira, quando afirma que

Vi tratada a literatura angolana como um universo, e o que há, na verdade, é muita matéria fluida. É quase tudo. Há umas constelações, há umas galáxias, uns sistemas, uns sóis, uns planetas, a maioria é de matéria gasosa, portanto... não contam. Luandino, Pepetela, Agualusa, etc., etc., isso são apenas meteoritos, asteroides, quando muito... Não sei! Mas a matéria intersticial de todo esse universo é que é importante. É importante porque nela estarão os famosos buracos negros. Sabemos que existem mas ainda são teóricos [...] Portanto, um universo organizado a partir do que não se vê [...] Os buracos negros da História da Literatura Angolana [...] exercem sobre a parte visível ou detectável uma força que não sabemos ainda explicar (VIEIRA, 2008, p. 32).

¹⁶ Nome dado em homenagem a outro cinco de novembro: em 1843, a escrava negra Carlota iniciava uma rebelião de escravos contra os espanhóis na região açucareira de Matanza, em Cuba.

Luandino Vieira se refere aos aspectos da escrita da história da literatura angolana e ao fardo da memória e da história silenciada pela modernidade dentro da produção desta literatura. Trata-se, de fato, de escrever a literatura “a partir do que não se vê”. Se, por um lado, essas definições se encontram plausíveis no texto, por outro, não servem para serem lidas como verdades estabelecidas e estáticas, mas oferecem compreensão de como estas noções se movem e percorrem a obra cultural angolana. Mas o que seriam, antes de tudo, os buracos da memória e “os buracos negros da História da Literatura Angolana”? O escritor aponta que tal matéria intersticial é encontrada, por exemplo, na documentação histórica de Angola, como as cartas do Rei Afonso do Congo; nos quase nunca lidos ou mencionados romances coloniais, como *Sangue de Kuanhama*, de António Pires; nas cartas de D. Francisco Sottomayor; ou na *História Geral das Guerras Angolanas*, de Antonio de Oliveira de Cadornega.

Partindo dessas indicações, podemos supor que a metáfora do buraco negro, apresentada por Luandino Vieira no texto “Literatura angolana: estoriando a partir do que não se vê” (VIEIRA, 2008), está diretamente relacionada a uma percepção crítica do passado histórico, não se tratando, como já advertiu Luandino, de incluir ou excluir autores e obras, tampouco de uma simples demolição, mas de uma nova forma de ler o passado histórico-literário, pois propicia um deslocamento na maneira de pensar e escrever o passado. De acordo com a historiadora e poeta Paula Tavares, a relação com o passado histórico-literário não é “esse mar manso e arrumado” (TAVARES, 2008, p. 39) da literatura europeia; é preciso considerar que Angola ficou independente apenas em 1975, viveu guerras sucessivas que só terminaram no ano de 2002, portanto em pleno século XXI. Nesse sentido, a literatura angolana se propõe a assumir o papel de recuperar as várias realidades que compõem o país para, “a partir do que não se vê”, poder torná-las uma nação.

Podemos afirmar com Rita Chaves que,

Desde 1934, quando Antônio de Assis Jr. publicou *O segredo da morta* (romance de costumes angolenses) a primeira obra do gênero na literatura angolana, a trajetória do romance em Angola vem deixando nítida a vontade de seus autores de, através da literatura, colocarem em prática um projeto de investigação sobre as realidades que compõem o país. Potencializando a sua capacidade de analisar com certa dose de objetividade a matéria artisticamente transfigurada, o romance, naquele sistema literário, aproveita-se de senso de historicidade de que também o define como gênero para oferecer ao leitor um instigante painel das múltiplas faces que particularizam o país (CHAVES, 1999, p. 21).

Esses e outros exemplos atestam que o interesse pelo conhecimento da história de Angola está, pois, desde muito cedo, no centro das preocupações dos escritores angolanos, que mostram um claro interesse pelo estudo, compreensão da história e da memória e diálogo entre as duas, na tentativa de constituir uma identidade nacional, mesmo após tantos anos de dominação. De fato, os escritores focalizaram/focalizam, em suas obras, além de outros aspectos, a experiência

do sujeito na guerra em Angola, inclusive como participantes, já que estiveram nos campos de batalha lutando pelo processo de resistência à colonização. Alguns, inclusive, foram presos pela PIDE. Tal experiência não ficou fora de projetos literários que procuravam descrever e discutir o processo de resistência à colonização, independência e mesmo guerra civil.

Nos romances *A vida verdadeira de Domingos Xavier* (2006), *Nós, os do Makulusu* (1991) e *O livro dos rios* e *O livro dos guerrilheiros* (2009), de José Luandino Vieira, nos são apresentados os limites tênues entre História e ficção. A propósito, lembramos com Linda Hutcheon a questão da metaficção historiográfica, destacada em seu livro *Poética do pós-modernismo*, o caráter reflexivo da problematização dessa relação, ao apropriar-se de acontecimentos e personagens históricas (HUTCHEON, 1991). E nessa apropriação não podemos, pois, falar em inversão histórica no romance, mas em problematização dos acontecimentos históricos com o objetivo de questionar o passado, revisando-o à luz do presente. Dessa forma, não existe retorno nostálgico, e, sim, recuperação problematizadora:

Não é um retorno nostálgico; é uma reavaliação crítica, um diálogo irônico com o passado da arte e da sociedade, [...] O passado cuja presença defendemos não é uma idade de ouro que deva ser recuperada. [...] Suas formas estéticas e suas formações sociais são problematizadas pela reflexão crítica. [...] é sempre uma reelaboração crítica, nunca um retorno nostálgico (HUTCHEON, 1991, p. 20-21).

O entrecruzamento entre ficção e história é bastante profícuo na história das literaturas africanas de língua portuguesa, pois, como afirma Chaves (2005, 20), “a história das Letras em Angola se mistura ostensivamente à história do país”. Podemos dizer que no romance *A vida verdadeira de Domingos Xavier*, de Luandino Vieira, “a dimensão histórica” está presente, mas não é o caso de tratarmos como romance histórico tradicional.¹⁷ Na narrativa, “a trajetória de Domingos Xavier é contada numa linguagem que permite o reconhecimento dos passos impressos à luta pela libertação”, que se desenvolve em torno das violências praticadas pelos agentes da PIDE na cadeia, dos sofrimentos impostos pelo processo colonial e das formas de resistência feitas pela população simples à ditadura salazarista.

Sem dúvida, nas relações entre ficção e História, torna-se importante observarmos a interpretabilidade corroborada por Hayden White, para quem, nos debates sobre os acontecimentos históricos e os acontecimentos ficcionais, o que deveria interessar-nos, em relação aos dois discursos, “é saber até que ponto o discurso do historiador e do escritor de ficção se sobrepõem, se assemelham ou estabelecem correspondências entre si” (WHITE, 2005, 43).

Pensando ainda sobre a estratégia ficcional de narrar uma “vida verdadeira”, percebemos que de seu título nasce um roteiro de leitura. Textualmente presentes, as expressões vida e

¹⁷ O romance histórico surge no início do século XIX, com o Romantismo. Dentre os numerosos romances destacamos *Ivanhoé*, de Walter Scott, *Eurico, o Presbítero*, de Alexandre Herculano e *Guerra e Paz*, de Leon Tolstoi.

verdade indiciam a proximidade entre a ficção e o real, sugerida pelo romance. Como confirma o escritor, em entrevista concedida a Michel Laban: “Trabalhei na barragem do Cambambe dois anos. Gosto de dizer sempre isso porque *A vida verdadeira de Domingos Xavier* passa em Cambambe e, em grande parte, o que se lá conta passou-se e, salvo os nomes, que estão alterados, as pessoas existiram” (LABAN, 1980, p.16).

Entendemos, portanto, que as duas narrações de que fala White não se referem apenas a duas perspectivas, mas também a duas modalidades discursivas, a duas formas de relatar, a dois modos de textualizar, enfim: à histórica e à ficcional. “Ambos desejam oferecer uma imagem verbal da ‘realidade’” (WHITE, 2001, p. 44), como propõe o ensaio *As ficções da representação factual*. Percebemos, assim, que ambos os discursos pressupõem a existência de um narrador; a diferença entre eles se estabelece pelo tipo de abordagem peculiar a cada um dos gêneros, pois, “se há um elemento do histórico em toda a poesia, há um elemento da poesia em cada relato histórico do mundo” (WHITE, 2001, p.114). O próprio Luandino, em uma entrevista mais recente, ao ser perguntado sobre a importância da história e da necessidade de um povo ter consciência da sua história, afirma que:

Em primeiro lugar, eu acho que a história é sempre importante para qualquer escritor, por muito que ele ficcione, e por muito que ele se distancie daquilo a que se chama realidade para elaborar universos ficcionais, que aparentemente não têm nada a ver com a história. No caso de Angola e dos Angolanos ainda com maior pertinência, porque por um lado, durante o período da ocupação, da conquista, do colonialismo, e mesmo depois, houve sempre a tentação de apagar a história do território e a história das pessoas que aí viviam, e mesmo existindo uma vasta documentação relativa a essa história, essa documentação não está ao alcance dos angolanos, está espalhada por arquivos na Holanda, em Portugal, na Santa Sé, etc... [...] Por outro lado, alguns dos autores que escrevem a literatura moderna de Angola, eles próprios participaram numa fase da história de Angola que é mais visível e conhecida, e torna-se imprescindível, se quisermos construir uma ficção que tenha como contexto o que se chama Angola, de um ponto de vista que inclua esse conceito que se criou/gestou nos anos quarenta, de angolanidade, é imprescindível conhecer a história, ou privilegiar o conhecimento histórico, ou inventar a história como quadro para a ficção. [...], mas a história é uma outra forma de ficção, pois a história é escrita por humanos. No entanto, a escrita ficcional não obedece a pressupostos históricos, nem se pretende deixar a história de Angola acrescentada ou diminuída. A parte histórica é ditada pelo peso que a realidade, ou a visão que eu tenho da realidade objectiva, tem na minha ficção. Não sou capaz de efabular fora de um quadro histórico, porque também não fui capaz de viver a minha própria vida e a minha experiência fora de um quadro histórico (VIEIRA, 2010, pp. 189-190).

Essa extensa citação justifica-se em função de sua relevância para a relação entre a ficção e a História. O escritor se refere, mais uma vez de forma explícita, aos vínculos fortes que a ficção angolana tem com a História. De fato, as narrativas das guerras de libertação, com particular destaque para as de Luandino Vieira, trazem para a cena literária angolana um real

que preenche o imaginário da história da resistência anticolonial. Nesse aspecto, Luandino leva-nos a perceber não ser capaz de escrever fora de um quadro histórico, como nos afirma na entrevista já citada, ao responder à pergunta sobre a importância da História na temática da sua escrita: “porque também não fui capaz de viver a minha própria vida e a minha experiência fora de um quadro histórico” (VIEIRA, 2010, 191). Importa aqui afirmar que a ficção, assim como os fatos que realmente ocorreram e que lhe servem de matéria, são, na verdade, construções textuais, “narrativas que são ao mesmo tempo não originárias em sua dependência em relação aos intertextos do passado e inevitavelmente repletas de ideologia...” (HUTCHEON, 2014, p. 150)

A narrativa de *A vida verdadeira de Domingos Xavier* nos apresenta uma releitura ficcionalizada da história e, ao mesmo tempo, faz uma reflexão crítica da opressão colonial fortemente testemunhada pela violência com que agia a polícia de colonização nos fins da década de 1950 e início da de 1960 – quando o governo Salazar intensificou em Luanda a vigilância aos intelectuais e ao povo simples através da instalação da PIDE – com a finalidade de enfraquecer e extinguir o movimento de libertação colonial, organizado por um grupo heterogêneo de angolanos composto por brancos, mestiços e negros. Desse modo, os conflitos, as lutas sociais e os eventos de violência e opressão que caracterizaram a história angolana têm implicações nas obras literárias.

Se para Angola, “o fim da guerra não é o fim da guerra”, como sugere Marcelo Bittencourt (2010), para Luandino Vieira, a guerra não apenas não começa com os conflitos armados de 1961, como não acaba com a independência. Isso fica bastante evidente em sua obra, tanto a anterior a 1961 quanto a posterior a 1975. A trajetória literária, aliada à sua militância política, no pré e no pós-independência, propicia ao escritor uma percepção crítica bastante aguçada do passado histórico africano (não apenas do angolano), a consciência de que a guerra não acabou e, sobretudo, de que a literatura pode se apropriar da realidade histórica, tornando-a ficção, não para explicá-la, mas para modificá-la.

Referências

AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos de Matos. **Guerra colonial**. Lisboa: Ed. Notícias, 2000.

ANDERSON, Perry. **Portugal e o fim do ultracolonialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

BENDER, Gerald J. **Angola, mito y realidades de su colonización**. Cidade do México: Siglo Veintiuno, 1980.

BITTENCOURT, Marcelo. **“Estamos juntos”**: o MPLA e a luta anticolonial (1961-1974). 2 volumes. Luanda: Kilombelombe, 2010.

CADORNEGA, Antônio de Oliveira. **História geral das guerras angolanas: 1680**. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar [reprodução fac-similada da ed. de 1940], 1972.

CHAVES, Rita. **A formação do romance angolano**. Coleção Via Atlântica, n.1, São Paulo, 1999.

DAVIDSON, Basil. **Angola in the tenth year: a report and analyses, may-july 1970**. Africa Affairs, Oxford University Press, Vol. 70, N° 278 (Jan, 1971), pp. 37-49.

DAVIS, Nathaniel. The Angola decision of 1975: A personal memoir. **Foreign Affairs**, Vol.57, No. 1 (Fall, 1978), pp. 109-124.

FERRO, Marc. **História das colonizações**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GENTILI, Anna Maria. Colonialismo [verbetes]. In: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília, EdUNB, 1986.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

_____, **Narcisistic Narrative**. The metafictional paradox. Ontario, Canadá: Wilfrid Laurier University, 2014.

LABAN, Michel. **Luandino**: José Luandino Vieira e sua obra. Lisboa: Edições 70, 1980.

MAGNOLI, Demetrio. **Da Guerra Fria à Détente**. Campinas: Papyrus, 1988.

MARQUEZ, Gabriel Garcia. Operation Carlota. **New Left Review** I/101-112, January-April 1976. Disponível em: <http://www.newleftreview.org/?page=article&view>. Acesso em 15. 09. 2013.

NOER, Thomas J. International credibility and political survival: The Ford Administration's intervention in Angola. **Presidential Studies Quarterly**, Center for the Study of the presidency and Congress, Vol. 23, No. 4, (Fall, 1993), pp. 771-785.

ONU. Territórios sob a administração portuguesa (1974-1995). **Documentos da Assembleia Geral e Conselho de Segurança**. Disponível em http://www.guerracolonial.org/specific/guerra_colonial/documents_onu/un.sfw. Acesso: 20, set. 2013.

PEIXOTO, Carolina Barros Tavares. **Limites do ultramar português, possibilidades para Angola: o debate político em torno do problema colonial (1951-1975)**. (dissertação de mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

TAVARES, Ana Paula. **Texto de apresentação do romance *O livro dos rios em Lisboa***. Sede da Editorial Caminho, Lisboa, 19 de dez. 2008.

VIEIRA, José Luandino. Literatura angolana: estoriando a partir do que não se vê. In: Laura Padilha e Margarida Calafate Ribeiro (orgs.) **Lendo Angola**. Edições Afrontamento, pp. 31-37, 2008b.

_____. **O livro dos guerrilheiros** – narrativas. Lisboa: Caminho, 2009.

_____. **De rios velhos e guerrilheiros: O livro dos rios**. Luanda: Editorial Nzila, 2006.

_____. **A vida verdadeira de Domingos Xavier**. Lisboa: Caminho, 2006.

_____. **Nós, os do Makulusu**. São Paulo: Ed. Ática, 1991. (Col. Autores africanos)

_____. “Literatura angolana: estoriando a partir do que não se vê”. In: PADILHA, Laura e RIBEIRO, Margarida Calafate (orgs.) **Lendo Angola**, Edições Afrontamento, 2008, PP.31-37.

VISENTINI, Paulo, A Guerra Fria. **O desafio socialista à ordem americana**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

_____. **A África moderna: um continente em mudança (1960-2010)**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2010.

WHITE, Brian. The concept of détente. **Review of International Studies**, Cambridge, Vol. 7, No. 3 (Jul. 1981), pp. 165-171.

WHITE, Hayden. As Ficções da Representação Factual. In: Manuela Ribeiro Sanches (org.) **Deslocalizar a Europa: antropologia, arte, literatura e história na pós-colonialidade**, Edições Cotovia, Lisboa, pp. 43-61, 2005.

_____. O texto histórico como artefato literário. In: **Trópicos do discurso**. 2. Ed. São Paulo: Edusp, 2001.